

**“O BRASIL NO ORIGINAL” (1937): ENSAIO SOBRE O NEGACIONISMO DA
VIOLÊNCIA BANDEIRANTE DO SÉCULO XVII E XVIII**

**“BRASIL EN EL ORIGINAL” (1937): ENSAYO SOBRE EL NEGACIONISMO DE LA
VIOLENCIA BANDEIRANTE EN LOS SIGLOS XVII Y XVIII**

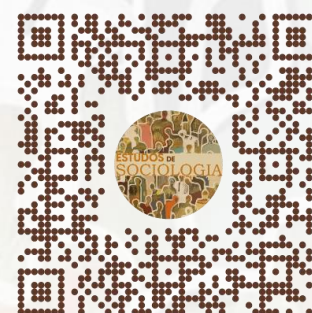
**“BRAZIL IN THE ORIGINAL” (1937): ESSAY ON THE DENIALISM OF
BANDEIRANTE VIOLENCE IN THE 17TH AND 18TH CENTURIES**



George Leonardo Seabra COELHO¹
e-mail: george.coelho@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

COELHO, G. L. S. “O Brasil no original” (1937): Ensaio sobre o negacionismo da violência bandeirante do século XVII e XVIII. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. 00, e023023, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28i00.17386>



| Submetido em: 01/11/2022
| Revisões requeridas em: 08/09/2023
| Aprovado em: 21/10/2023
| Publicado em: 30/12/2023

Editora: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional – TO – Brasil. Doutor em História. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam) e do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS).

RESUMO: Ao contribuir com estudos sobre o período que vai de 1930 até 1945, este artigo apresenta o ideário do Movimento Bandeira, o qual é posto como uma das propostas políticas que se lançaram na disputa pelo poder. Discutimos a atuação de Cassiano Ricardo como líder dos “novos bandeirantes” e, de que forma, esse intelectual ressignificou o “símbolo bandeirante” e os enunciados literários Modernistas para suprir as necessidades do seu campo político na década de 1930. Constatamos que ao se apropriar politicamente das Bandeiras do século XVII e XVIII, esse intelectual realizou algo próximo ao que autores como Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg e Janaina Martins Cordeiro (2021) chamam de revisionismo-negacionista. Para desenvolvermos nosso argumento faremos a leitura do manifesto do Movimento bandeira e do ensaio *O Brasil no Original* (1937) para demonstrarmos como essa apropriação minimizou a ação violentas dos bandeirantes em prol de uma suposta construção da Nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Representação. História. Bandeirismo.

RESUMEN: *Al contribuir a los estudios sobre el período de 1930 a 1945, este artículo presenta la ideología del Movimiento Bandeira, que se presentó como una de las propuestas políticas en la disputa por el poder. Discutimos el papel de Cassiano Ricardo como líder de los "nuevos bandeirantes" y cómo este intelectual resignificó el "símbolo bandeirante" y los enunciados literarios modernistas para satisfacer las necesidades de su campo político en la década de 1930. Encontramos que al apropiarse políticamente de las banderas de los siglos XVII y XVIII, este intelectual hizo algo cercano a lo que autores como Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg y Janaina Martins Cordeiro (2021) llaman revisionista-negacionista. Para desarrollar nuestro argumento, leeremos el manifiesto del Movimiento de la Bandera y el ensayo Brasil en el Original (1937) para demostrar cómo esta apropiación minimizó las acciones violentas de los bandeirantes en favor de la supuesta construcción de la nación brasileña.*

PALABRAS CLAVE: Representación. La historia. Bandeirismo.

ABSTRACT: *In order to contribute with the approach on the period from 1930 to 1945, we intend to recover the conflicts within the Brazilian elites. In order to break with this forgetfulness, this article reads the ideology of the Bandeira Movement as an example of the political proposals that were launched in the dispute for power in the second half of the 1930s. We will discuss the role of Cassiano Ricardo as a leader of the “new bandeirantes” and how this intellectual re-signified the “bandeirante symbol” and the Modernist literary statements to supply the needs of his political field in the 1930s. We found that in trying to give meaning to the historical fact of the Bandeiras of the seventeenth and eighteenth centuries, this intellectual did something close to what authors such as Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg and Janaina Martins Cordeiro (2021) call “negationism”. To develop our argument, we will read the manifesto of the Bandeira Movement and the essay Brazil in the Original (1937) to demonstrate how this appropriation minimized the violent actions of the bandeirantes in favour of a supposed construction of the Brazilian Nation.*

KEYWORDS: Representation. History. Bandeirismo.

Introdução

Ao examinar os enfrentamentos políticos de meados da década de 1930, Ângela de Castro Gomes (1980) nos ofereceu um caminho interpretativo. A historiadora alertou para o fato de que o período que vai de 1930 até 1945 foi tratado pela historiografia como um bloco coeso. A “Revolução de 30” assinalaria o ponto de partida, rompendo definitivamente com a República Velha (1889-1930) e inaugurando um projeto político revolucionário. O Golpe de 1937 foi colocado como o reinício evolucionário dos projetos da “Revolução de 1930” e, assim, o coroamento dos projetos revolucionários das forças aliancistas de 1930. Ao estabelecer o Estado Novo (1937-1945) como a conclusão lógica de 1930, os sete anos que o antecedem passaram a ser antecâmara de sua presença inevitável. Por fim, o ciclo se fecharia em 1945 quando outro ponto de cisão teria início.

A necessidade de outra interpretação histórica tornava-se necessária, quer em nível das relações entre dominantes e dominados, quer em nível das relações entre facções políticas das elites (GOMES, 1980). As abordagens tradicionais presentes na década de 1980 e, ainda encontrada na segunda década do século XXI, ignoram as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937². Com o intuito de proporcionar novas abordagens, este artigo realiza a leitura do ideário do Movimento Bandeira³ como um exemplo das propostas políticas que se lançaram na disputa pelo poder na segunda metade da década de 1930. Abordamos, com isso, as estratégias que subsidiaram o ideário do grupo, o qual se colocou como uma quarta via política nos anos que antecederam o golpe que levou a instalação do Estado Novo (COELHO, 2015). Discutimos, ainda, a atuação de Cassiano Ricardo como líder dos “novos bandeirantes⁴” e, de que forma, esse intelectual ressignificou o “símbolo bandeirante” e os enunciados do modernismo paulista na década de 1920 para suprir as necessidades do seu campo político na década de 1930. Constatamos que ao ressignificar as Bandeiras do século XVII e XVIII, esse intelectual realizou algo próximo ao que autores como Pierre Vidal-Naquet (1988), Enzo Travesso (2004), Luís Edmundo de Souza Moraes (2011), Denise Rollemberg e Janaina Martins Cordeiro (2021) chamam de revisionismo-negacionista.

² As abordagens tradicionais silenciam fatos cruciais da História política brasileira como, por exemplo, a Revolução Constitucionalista de 1932; a Constituinte de 1934; a Intentona Comunista de 1935; as ações políticas da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB); e a campanha eleitoral do segundo semestre de 1937.

³ O Movimento Bandeira foi um movimento político cultural organizado por Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Motta Filho entre 1935 e 1937.

⁴ O termo “novos bandeirantes” será utilizado para fazer referência aos intelectuais que pertenciam ao Movimento Bandeira. Quando o termo bandeirista aparecer, ele tem o mesmo valor de “novos bandeirantes”, ou seja, ele fará referência às personalidades que participam do referido grupo.

Para compreender como Cassiano Ricardo atuou nos limites do revisionismo-negacionista em seu ensaio *O Brasil no Original* (1937), dialogaremos com as contribuições de Roger Chartier (2002). As posições do historiador francês contribuíram para compreender as condições de produções textuais, as diferentes relações entre a obra e seu criador, entre a obra e sua época, e entre as diferentes obras da mesma época. Este estudo parte do consumo cultural ou intelectual de uma obra como outra produção, que é um espaço aberto às literaturas múltiplas⁵ (CHARTIER, 2002). Com base nessa premissa, entendemos o consumo cultural como produção de representações que não são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista investiram na obra (CHARTIER, 1990). Partindo do prisma do consumo cultural, a o ensaio *O Brasil no Original* (1937) adquiriu sentido ampliado por meio das estratégias de interpretação que constroem suas significações; muitas vezes, absolutamente novas, se comparadas às expectativas do autor.

Alicerçados nas considerações de Chartier (2002), afirmamos como Cassiano Ricardo – ao constituir o ideário bandeirista no ensaio *O Brasil no original* (1937) – realizou a apropriação da História, da literatura modernista e do contexto político em que estava inserido para sustentar a bases simbólicas do Movimento Bandeira. Ao edificar as bases ideológicas desse grupo, esse intelectual realizou uma leitura revisionista-negacionista das bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII para atender as demandas políticas dos intelectuais reunidos entorno do Movimento Bandeira, demandas essas que tinham um objetivo bastante claro; a conquista do poder político.

Apesar de as primeiras obras revisionistas remontarem ao século XIX, particularmente em relação ao caso Alfred Dreyfus. Na segunda metade do século XX surgiram interpretações revisionistas com o intuito de relativizar os horrores do nazismo, negar a existência de câmaras de gás e/ou minimizar os horrores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (VIAL-NAQUET, 1988). Geralmente, esses estudos revisionistas são prontamente entendidos como formulações negacionistas sobre o passado (ABAL, 2019; ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021; TRAVESSO, 2004; VIAL-NAQUET, 1988). O “negacionismo”, de acordo com Rollemberg e Cordeiro (2001, p. 60), pode ser compreendido como uma forma de “retomar o passado visando, exclusivamente, às batalhas políticas e ideológicas do presente, por vezes, negando crimes ou

⁵ A significação dos textos depende das capacidades, dos códigos e das convenções de leitura das diferenças comunidades e diferentes públicos e, também, das “variações entre a significação, a interpretação e as apropriações plurais que sempre inventam, deslocam, subvertem” (CHARTIER, 2002, p. 259).

determinados eventos históricos; por vezes, minimizando ou relativizando sua importância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade”.

Partindo da premissa de que o “negacionismo” refletiu um campo prático-político-intelectual internacionalmente articulado com movimentos de extrema-direita europeia no pós-1945, abriremos a possibilidade de pensar essas estratégias no Brasil da década de 1930. Veremos, então, como as interpretações elaboradas por Cassiano Ricardo negaram as violências promovidas pelas Bandeiras do Século XVII e XVIII e, ainda, a associação às correntes literárias modernistas paulistas a esse fato histórico. Diante desse problema, convidamos o leitor a conhecer como esse intelectual paulista empreendeu uma ressignificação do fato histórico para atender as demandas políticas da década de 1930.

Intelectuais, política e ressignificação do passado: apropriação do “espírito bandeirante”

A mentalidade intelectual da década de 1930 foi marcada pela modernização da sociedade e a exaltação do elemento nacional. Essa conjuntura influenciou a elaboração de projetos relacionados à economia, à organização política e à produção cultural brasileira. Aos olhos do contexto – no qual diversos projetos nacionais se lançaram na arena política – o Movimento Bandeira foi mais um desses projetos. O ensaio *O Brasil no original* (1937) de Cassiano Ricardo é um importante documento histórico que expressa a visão de mundo desse grupo. Esse ensaio foi editado pelo Departamento Cultural da Bandeira, departamento que, segundo os bandeiristas, visava estimular obras que interpretassem a “vida brasileira em sua originalidade” e defendessem “uma função social à arte e à literatura” (NOVOS..., 1937, p. 5).

Para confirmar o peso político e o impacto que essa obra causaria entre os intelectuais brasileiros, Cassiano Ricardo fez questão de transcrever a opinião de Levi Carneiro⁶ – também encontrada no jornal *Anhanguera*⁷ – sobre o “movimento cultural e nacionalista da Bandeira”. Esse importante membro da ABL ressaltava que esse movimento não se tratava de

um partido político, isto é, de uma empresa para a conquista do poder [...] Possivelmente, esse movimento não teria pleno êxito sem a posse do governo. Mas nada impede que os próprios governantes sejam, em qualquer momento, os que apoderam dele e o consagrem (RICARDO, 1937, orelha do livro).

⁶ Jurista, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

⁷ O órgão oficial de divulgação das ideias do Movimento Bandeira intitulava-se *Anhanguera*, periódico que começou suas atividades em junho de 1937 e só deixou de circular com a extinção do movimento pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo.

Com essas palavras, Levi Carneiro buscou dar respaldo ao projeto político dos “novos bandeirantes”, pois o referido ideário estava a “serviço da Pátria” e à disposição para que os governantes se apoderassem dele. Como visto, esse simpatizante do ideário bandeirista deixava claro que o programa dos “novos bandeirantes” estava posto como mais um ideário no cenário político nacional, uma vez que ele poderia servir aos governantes⁸ que estivessem dispostos a colocá-lo em prática.

Após os comentários de Levi Carneiro, vemos estampado o principal *slogan* bandeirista: “Por um Brasil nosso e original. Por uma Democracia social nacionalista”. Esse *slogan* foi acompanhado por um trecho do manifesto⁹ bandeirista:

A Bandeira adjudica uma função social à inteligência brasileira, que deixa de ser um mundo descoordenado de solitária atividade especulativa sem eficiência, para colaborar livremente com o Estado na formação de uma consciência coletiva, rica de observação, moderna e vigilante, tão adequada à solução dos problemas brasileiros como necessária à realização do nosso papel no mundo (RICARDO, 1937, orelha do livro).

Os intelectuais reunidos em torno do movimento defendiam a tese de que o Brasil tinha de encontrar o seu caminho como fizeram os bandeirantes. Segundo o manifesto, os bandeiristas reuniriam, “em cooperação harmoniosa, todas as inteligências criadoras contra todas as concepções alheias ao clima do nosso espírito e contrárias às finalidades nacionais” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Tal “cooperação harmoniosa”, de acordo com o manifesto, sustentaria “um movimento de legítima defesa destinado a salvaguardar a expressão original da alma brasileira e a fixar nossa unidade espiritual, sem a qual não haverá unidade política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). O Manifesto alegava, ainda, que era indispensável reorganizar o “pensamento nacional” por meio da “tradição bandeirante” e reforçar o sentido desse pensamento, colocando-o em “função social e política” (BANDEIRA..., 1936, p. 1). Para tanto, a intelectualidade deveria se organizar “a serviço de uma grande causa que é a preservação da originalidade brasileira contra as influências estranhas que pretendam deturpá-la” (BANDEIRA..., 1936, p. 1).

⁸ Em primeira mão, esse ideário foi posto a serviço da campanha eleitoral de Armando de Salles Oliveira durante a frustrada campanha eleitoral no segundo semestre de 1937. No entanto, com a decretação do Estado Novo, esse ideário passou a servir a outro governante, a Getúlio Vargas e ao Estado Novo (COELHO, 2015).

⁹ O manifesto do Movimento Bandeira foi assinado – em 1935 – por Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Mario de Andrade, Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Paulo Setúbal, Monteiro Lobato, Almeida Prado, Fonseca Teles, Reynaldo Porchat, Guilherme de Almeida, Plínio Barreto, Rubens do Amaral, Valdomiro Silveira, Vicente Ráo, Paulo Prado e Afonso Taunay. Seus nomes são prontamente postos após o comentário de Levi Carneiro na orelha do livro. Esse manifesto também foi publicado na revista *S. Paulo* em 1936.

Cooperação, unidade e nacionalismo comporiam – segundo os bandeiristas – a base da doutrina que organizaria a Nação brasileira contra os estrangeirismos, elementos esses que estariam presentes nas Bandeiras dos séculos XVII e XVIII. Como foco de irradiação de tal “unidade espiritual”, os “novos bandeirantes” reforçaram a predestinação de São Paulo em dar novamente a orientação dos caminhos da Nação. A vista disso, o Movimento Bandeira – assim como as Bandeiras históricas o fizeram – seria fruto da “arrancada da mentalidade paulista para a fixação e defesa das fronteiras da Pátria” (RICARDO, 1937, p. 1).

Cassiano Ricardo se colocava como herdeiro de uma determinada tradição historiográfica paulista. Essa corrente fortaleceu-se nas primeiras décadas do século XX, sendo responsável por recuperar o bandeirante como símbolo da paulistanidade. Assim, Cassiano Ricardo apropriou-se do bandeirante como uma das personagens centrais de seus escritos.

No que se refere ao bandeirante, já vinha sendo um importante tema em trabalhos historiográficos, literários e pictóricos desde as últimas décadas do século XIX. A historiografia sobre as Bandeiras pode ser dividida em dois momentos: o primeiro no século XVIII e XIX; o segundo nas três primeiras décadas do século XX. O primeiro se preocupou em transcrever as fontes. Nessa perspectiva, o que se chamava bandeirante era o paulista entrando no sertão, o conquistador e descobridor das minas de ouro, o chefe das tropas, o caçador de índio, o que combatia os escravos rebelados, dizemos, o tipo violento. No segundo, entre 1890 e 1930, o bandeirante foi resgatado como símbolo paulista preenchido pelas qualidades individuais de coragem e determinação, o herói propriamente dito. Paralelamente, foram atribuídas características nacionais, porque foram eles – os bandeirantes – que realizaram a integração e a expansão do território nacional (ABUD, 1985; OLIVEIRA, 2004).

A partir dessas ponderações sobre o campo intelectual em que o debate sobre o bandeirante se desenvolvia, debruçamo-nos sobre o revisionismo-negacionista estruturado por Cassiano Ricardo. Para esse intelectual, o símbolo paulista seria o principal exemplo histórico a ser seguido pela Nação na década de 1930, por isso, o “espírito bandeirante” seria o único capaz de levar a Nação brasileira a um futuro promissor. Para construir essa figura, o líder bandeirista negou todas as formas de barbárie do personagem em sua apropriação do passado. Mas, antes de nos atentarmos a isso, vamos apresentar mais alguns indícios que demonstram que Cassiano Ricardo buscou redefinir o passado aos desígnios do presente no ensaio em tela.

Para que a manipulação da memória histórica fosse possível, o ensaísta dividiu seu texto da seguinte forma: uma introdução intitulada “Advertência” e mais três capítulos: “A Bandeira caminhando no espaço”, “A Bandeira caminhando no tempo” e “Na encruzilhada da hora

atual”. Com essa estrutura, Cassiano Ricardo reforçou os elos entre sua obra literária, seu ensaio e as convicções políticas defendidas pelos bandeiristas. Para o ensaísta, esses elos seriam essenciais para justificar que o Brasil não precisava de inspiração estrangeira nas artes e, principalmente, na política, aja visto que as bandeiras históricas já haviam oferecido tal exemplo.

No ensaio, o líder bandeirista postulava que esse exercício de revisitação ao passado seria fundamental “para tirar do fato histórico uma conclusão que parece muito interessante em face da hora atual” (RICARDO, 1937, p. 5). Ao elencar apenas o paulista que chegou ao “Brasil brasileiro”, o autor fortaleceu o regionalismo em seus escritos. Essa estratégia pretendeu não somente fortalecer a representação da supremacia simbólica de São Paulo frente ao restante na Nação, mas também a ressignificar o papel histórico dos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII.

Cientes dos objetivos políticos do ensaio *O Brasil no Original* (1937), não é possível ignorar a tentativa de Cassiano Ricardo em reelaborar uma interpretação social e política do passado histórico, ou seja, uma espécie de revisionismo-negacionista. Na escrita, todas as atrocidades cometidas durante as Bandeiras foram silenciadas ou encobertas pelo manto da missão heroica que supostamente esses sujeitos haviam realizado. Essa interpretação social e política, não fez referência ao fato histórico em si, mas, a mais um artifício desenvolvido pelo autor para ressignificar o passado histórico paulista. Por isso, a apropriação política do passado e a elaboração de outra memória histórica foram fundamentais para a elaboração do ensaio e, consequentemente, para a defesa do ideário bandeirista.

Outro componente de suma importância para compreendermos a estrutura do ensaio *O Brasil no original* (1937) eram as representações históricas típicas da paulistanidade¹⁰, as quais fundamentavam o olhar supostamente histórico do ensaísta. Levando em conta o enfoque autoritário, o objetivo principal do ensaio foi reelaborar o passado brasileiro para satisfazer os interesses dos intelectuais reunidos no Movimento Bandeira, assim como propor uma nova organização do Estado brasileiro para combater o Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal.

¹⁰ Segundo Jessica Mautinho (1991), a paulistanidade é uma ideologia da superioridade étnica, econômica e política dos naturais do estado de São Paulo em relação ao restante dos brasileiros. Esse entendimento, de acordo com a autora, surgiu em todas as épocas de crise e reformulação entre as relações do poder local e do Poder Central como, por exemplo, a reação do Partido Republicano Paulista contra a Revolução de 30, na Revolução Constitucionalista em 1932 e na campanha Presidencial de 1937.

Após definir as origens históricas do Movimento Bandeira, o líder bandeirista expos as origens literárias do grupo. No ensaio, Cassiano Ricardo dedica uma seção inteira à Semana de 22. O objetivo foi demonstrar o fermento político que havia por trás do movimento literário. Para o líder dos “novos bandeirantes”, o movimento literário de São Paulo foi contra todos os “ismos” e, por isso “proclamar a nossa independência de espírito e de sentimento” seria, por assim dizer, uma “verdadeira revolução do pensamento brasileiro” (RICARDO, 1937, p. 152). Cassiano Ricardo afirmou que aquela

ofensiva de inteligências, urgente e imprescindível, part[iu] de S. Paulo como consequência de seu espírito perpetuamente renovador e como corolário da revolução intelectual que desencadeou em 1922, provocando então, uma violenta revisão de todos os processos de arte e estendendo o seu inquérito aos conceitos e preconceitos dominantes [...] O abalo fecundo, provocado por essa revolucionária investida intelectual que se processou, depois, em todos os centros da atividade brasileira, destruiu a velha mentalidade literária e criou a possibilidade de se erguer [...] a estrutura vitoriosa e forte de um Brasil novo (RICARDO, 1937, p. 391).

Ao demarcar as origens literárias do Movimento Bandeira, o líder bandeirista salientou três elementos fundantes do grupo, todos inspirados na Semana de Arte de 1922: a crítica ao estrangeirismo, ao academicismo literário e a busca pela originalidade brasileira. Essas três premissas que, aliás, seriam herdadas das Bandeiras históricas, foram rearranjadas na década de 1930 para defender um projeto político oposto ao Comunismo, o Integralismo e a Democracia Liberal, uma vez que todos esses projetos políticos eram reflexos do estrangeirismo. Para o líder do Movimento Bandeira, qualquer “ideologia forasteira pode virar numa infecção social. Uma infecção social maligna pode acarretar a destruição de tudo” (RICARDO, 1937, p. 201). Nas deformações que alguns pretendiam disseminar no Brasil, Cassiano Ricardo defendia que os “ismos” literários viram “ismos” políticos com imensa facilidade, isto significa que ontem “eram os ‘ismos’ literários. Hoje estão aí os ‘ismos’ políticos” (RICARDO, 1937, p. 208).

Cassiano Ricardo salientava que tais “ideologias sinistras formam a ronda silenciosa e terrível que invad[iu] por mil formas e através de mil feições, o nosso tesouro de originalidade e de vida” (RICARDO, 1937, p. 206). No intuito de reforçar a crítica aos estrangeirismos, os poetas que combateram os “ismos” europeus na década de 1920, segundo o ensaísta, foram Menotti del Picchia, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Paulo Prado, Candido Mota Filho, Rodrigues de Abreu, René Thiollier e Afonso Schimidt. Apesar de todos os exemplos, o ensaísta evidenciava que os poetas tipicamente brasileiros seriam Mário

de Andrade, Menotti del Picchia e Guilherme de Almeida. Para o ensaísta, apenas esses escritores refletiram “mais nitidamente o sentido da Bandeira” e o “imperativo histórico e racial do planalto. Só esses três contribuíram com qualquer coisa de original para a poesia” (RICARDO, 1937, p. 203). Esses poetas – continua Cassiano Ricardo – repetiram a ação dos bandeirantes que marcaram as origens da nacionalidade e criaram “a poesia da ação” no “lugar da poesia de contemplação” (RICARDO, 1937, p. 174).

Ao compor uma interpretação dos “combates literários” dos anos vinte, Cassiano Ricardo (1937) – em meados da década de 1930 – reconstrói a memória histórica sobre o modernismo paulista. Para o ensaísta, após a Semana de 22 “os modernistas passaram a discutir uns com os outros”, com isso, os de São Paulo se “dividiram em vários grupos” que se lançaram na procura da “originalidade brasileira” (RICARDO, 1937, p. 159). Na tentativa de explicar as correntes literárias de vinte, o autor destacou as duas alas em que se “bipartiu a vanguarda revolucionária”: a influência de Raul Bopp, com seu indianismo, determinou a formação do grupo “antropofágico”, com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Oswald Costa e Tarsila do Amaral; a outra foi composta por Plínio Salgado, Menotti del Picchia, Cândido Motta Filho, Alfredo Elis e Alarico Silveiro com o “brasilianíssimo” verde-amarelo. De acordo com esse ponto do ensaísta, existe uma relação direta entre literatura e política, e como meio de defender essa tese, o líder bandeirista afirmou que o

movimento antropofágico, feito de um roussonianismo retorno ao primitivismo da natureza, ou comunismo de tribo, devia-se fatalmente colorir-se de esquerdismo bolchevista. O movimento “verdeamarelo”, vivamente nacionalista, disciplinador, era uma firme e ousada marcha para a direita e, com Plínio, devia integrar-se numa forma fascista e, com Menotti e Candido Motta Filho no original nacionalismo da “Bandeira” (RICARDO, 1937, p. 161).

A Semana de Arte Moderna para Cassiano Ricardo ressoou o “espírito bandeirante” do século XVII e XVIII para combater a “literatura de importação” (RICARDO, 1937, p. 152). Esses pressupostos, segundo o líder bandeirista, deveriam ser retomados e transformados em “uma nova consciência brasileira” contra os extremismos políticos na “hora atual”, mais precisamente, na segunda metade da década de 1930 (RICARDO, 1937, p. 152).

Ao mesmo tempo em que o ensaísta constrói a ponte entre a literatura e a política, ele marcou uma “memória histórica” sobre a Semana de Arte Moderna como origem do ideário do Movimento Bandeira. Segundo o líder bandeirista, o Movimento Bandeira defendia a originalidade pretendida no início da década 1920 e, por isso, os “novos bandeirantes” seriam os verdadeiros herdeiros dos enunciados da Semana de Arte Moderna. Na “hora atual”, os

verdadeiros inimigos destes “novos bandeirantes” seriam os deformadores políticos que buscavam por todas as formas introduzir teorias alheias às características étnicas e sociais do Brasil.

Os “novos bandeirantes” se viam assombrados por dois fantasmas. Um que quer levar para a direita e outro para a esquerda. Para exemplificar essa metáfora, o poema “André de Leão e o demônio de cabelo encarnado” – inserido na versão de 1934 do poema *Martim Cererê* – é uma boa amostra. Esse texto poético narrava a história do “quinto bandeirante” perdido no sertão. Nessa situação, ele se depara com dois “demônios” que pretendiam atrapalhar o seu destino. O poeta descreveu mais claramente essa contenda no seguinte fragmento no poema:

assaltado por dois formidáveis mistérios:
como quem vai por um caminho
[...]
quando de sopetão se vê agarrado
por dois fantasmas de olhos amarelos,
terrivelmente iguais (rosto de um, rosto de outro)
que o querem conduzir de qualquer jeito,
cada qual para o seu lado,
um pelo braço esquerdo, outro pelo direito (RICARDO, 1936, p. 95-96).

Nesse fragmento, transparece uma representação poética dos debates políticos em que Cassiano Ricardo estava envolvido na década de 1930, visto que esses fantasmas da esquerda e da direita se referem às duas “ideologias forasteiras” – Comunismo e Integralismo – que o bandeirismo deveria combater. Ao final do ensaio *O Brasil no original*, o ensaísta transcreveu esse poema a fim de reforçar que o país estava “na encruzilhada de um grande destino”, em que “dois espantalhos misteriosos [...] nos assaltam, um pela esquerda e outro pela direita” (RICARDO, 1937, p. 289).

Ao transcrever um poema do *Martim Cererê* (1936) no ensaio *O Brasil no original* (1937), Cassiano Ricardo colocava as duas produções literárias num mesmo plano. O poema e o ensaio pretendiam reler as Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII, ambas as obras eram herdeiras do modernismo verde-amarelo, e mais, estariam contidos nesses dois textos os princípios que orientariam a luta contra o Comunismo e ao Integralismo.

No desenrolar dessa trama, a brasilidade foi persuadida pelos dois fantasmas que atrapalham a busca pelo destino, assim, o “quinto bandeirante” se vê perdido, mas o curupira lhe dita o caminho: vá “por aqui, direitinho” (RICARDO, 1936, p. 98). Nessa “encruzilhada”, Cassiano Ricardo (1937) queria impedir que o Brasil fosse “para o despenhadeiro da esquerda”

e que, ainda pior, fosse conduzido “pela violência” do “caminho errado da direita”, o lema era: o “caminho é um só: para a frente!” (p. 290).

Ao fazer uso da alegoria do bandeirante perdido no sertão, o poeta ressignificou a aventura narrada em seu poema para representar os dilemas políticos do momento. Nessa aventura, a solução não seria seguir o caminho da esquerda e muito menos o da direita, mas o caminho do centro, bem “direitinho”. Segundo o líder bandeirista, ir “direitinho” seria a receita para que os demônios da esquerda e da direita – que atrapalham a caminhada rumo à frente – fossem “exorcizados”.

Bandeirantes, bandeirismo e revisionismo

Em relação à mitologia do bandeirante, Ricardo Luiz de Souza (2007) ressalta que é preciso pensá-la para além dos termos da positividade conferida pelos escritos do início do século XX. O autor nos lembra que a leitura sobre os feitos dos bandeirantes também teve seus críticos, entre eles, Aires de Casal (1976), D’Alincourt (1953) e Xavier da Veiga (1998), todos escritos antes do primeiro quartel do século XIX. Seguindo esse raciocínio, Antônio C. Ferreira (2002), pontua que os

discursos a partir dos quais foi elaborada a mitologia bandeirante não foram, portanto, apenas aqueles que a descreveram em sua positividade [...] os críticos da mitologia bandeirante partiram, aliás, de uma concepção negativa do próprio paulista, visto no Rio de Janeiro, no final do século XIX, como caboclo ou sertanejo, com os bandeirantes entrando na história do Brasil como homens rudes e violentos, sendo, inclusive, o fato de situarem-se à margem dos círculos letrados cariocas (FERREIRA, 2002, p. 34-48).

O autor acentua que foi “principalmente a partir de Capistrano de Abreu que teve início a revisão da imagem do bandeirante, bem como do papel por ele desempenhado, associado [...] à violência e à escravidão indígena” (FERREIRA, 2002, p. 166). Dizemos que Cassiano Ricardo foi herdeiro da corrente literária que exaltava a positividade dos feitos dos bandeirantes, especialmente a partir dos textos de Afonso d’E. Taunay (1922), Paulo Setúbal (1928) e Alfredo Ellis Jr (1934). Sendo tributário dessas interpretações e, como outros escritores paulistas, se apropriou do símbolo bandeirante como expressão da personalidade desbravadora, destemida, ativa, determinada, independente, leal e líder (COELHO, 2015). Mesma interpretação já havia sido apontada por Lúcia Lippi Oliveira (2000), a qual declara que Cassiano Ricardo destacou o bandeirante como o responsável pelas entradas no sertão, pela expansão das fronteiras da Pátria e pela formação da personalidade paulista.

Poderíamos pensar que Cassiano Ricardo encabeçou algum tipo de revisionismo-negacionista ao reinterpretar a figura do bandeirante para sanar as lacunas políticas da década de 1930? Supomos que sim, pois o revisionismo-negacionista promovido por Cassiano Ricardo foi fundamental para a elaboração do “mito bandeirante” como os construtores da Nação. Esse procedimento foi, sobretudo, responsável pela cristalização das concepções de que o modernismo da década de 1920 foi eminentemente um movimento paulista e, como tudo no imaginário ricardiano, era herdeiro do suposto “espírito bandeirante” que caminha no tempo. Para fundamentarmos um pouco mais nossa hipótese, torna-se necessário alguns apontamentos sobre a relação entre “revisionismo” e “negacionismo”.

Para Enzo Travesso (p. 69, 2004), o “revisionismo” é uma palavra que possibilita várias interpretações e “*que, en el curso del siglo XX, ha adquirido los significados más diferentes y contradictorios prestándose a usos múltiples y suscitando, a veces, malentendidos*”. O autor sublinha que ao se colocarem como porta-vozes de uma escola histórica “revisionista”, os negacionistas “*lograron contaminar el lenguaje y crear, así, una confusión considerable en torno al concepto de revisionismo*” (TRAVESSO, 2004, p. 69).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cordeiro e Rollemberg (2001) julgam que o

termo revisionismo adquiriu, especialmente ao longo do século XX, expressiva polissemia: ora apropriado de forma positiva, ora pejorativamente; ora servindo – de formas plurais – a acirradas disputas políticas e ideológicas, ora apropriado por querelas acadêmicas e intelectuais – estas também, de maneira alguma, estranhas às disputas políticas e ideológicas; ora se aproximando e se fundindo com a ideia de *negação* (p. 60).

Para delimitar as diferenças entre revisões historiográficas e revisionismos, Travesso (2004) chama a atenção para algumas precisões metodológicas para a definição da prática necessária do revisionismo historiográfico, entre elas, os usos responsáveis das fontes históricas. O autor aponta para o fato de que o

descubrimiento de nuevas fuentes, la exploración de archivos, el enriquecimiento de testimonios, pueden alumbrar con una luz inédita acontecimientos que se creían perfectamente conocidos [...] A veces, la introducción de un nuevo paradigma puede dar significación a fuentes antes ignoradas (TRAVESSO, 2004, p. 71).

Para Travesso (2004), a “*historia se escribe siempre en presente y el cuestionamiento que orienta nuestra exploración del pasado varía, se modifica según las épocas, las generaciones, las transformaciones de la sociedad y los recorridos de la memoria colectiva*” (p. 72). Reforçamos a tese de que as revisões da História são práticas legítimas e, até

necessárias, já que partem das problemáticas do presente e da utilização e da interpretação de novas fontes. Dessa forma, Travesso (2004) frisa que certas revisões que se qualificam como revisionismos implicam em um recurso negativo e nefasto – também entendido por “negacionismo” –, as quais devem ser combatidas, uma vez que são apropriadas sem nenhuma consciência ética.

Ainda sobre essa diferenciação, Moraes (2011, p. 7) lembra que as “formas e padrões específicos do texto historiográfico são socialmente estabelecidos em uma comunidade de tipo específico”. Existe, segundo o autor, um

nível de elaboração abstrata que oferece fundamentos teóricos e metodológicos a procedimentos de escrita e de apresentação de resultados, a meios de obtenção de evidências, a formas de estabelecimento de relações causais entre proposições, a formas de condução de controvérsias etc... (MORAES, 2011, p. 7).

O autor enfatiza, ainda, que os “critérios de validade do escrito historiográfico estabelecem uma normatização para a escrita que, mesmo não escritos, compõe parte decisiva do *habitus profissional dos historiadores*” (MORAES, 2011, p. 7). É a partir desses elementos característicos da historiografia que Moraes (2011) pensa a caracterização da prática negacionista. Do ponto de vista de seu procedimento, o autor atenta para o fato de

que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação [...] e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições (MORAES, 2011, p. 10).

Mesmo não se pautando pela apresentação de uma tese, o autor supõe que os negacionistas buscam utilizar alguns recursos semelhantes utilizados pela historiografia. Contudo, essa construção textual semelhante aos escritos historiográficos não é pertencente ao campo disciplinar da História, mas sim uma “*ilusão de historiografia*” (MORAES, 2011, p. 11). Sendo assim,

o negacionismo como uma *fraude* em um duplo sentido, materializada por meio do falseamento dos critérios de legitimidade [...] Por um lado, trata-se de uma *historiografia falsificada*, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo, apresentando formas próprias ao texto historiográfico [...] Por outro, trata-se de um *passado falsificado*, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo (MORAES, 2011, p. 15).

Cordeiro e Rollemberg (2001) também diferenciam a historiografia do “negacionismo” por meio do paralelo dos termos “revisonismo” e “negacionismo”. Conforme os autores, apesar de serem confundidos, esses termos fazem referência a questões muito distintas: a “ideia de *revisonismo* refere-se a iniciativas de revisar interpretações de fatos e processos passados; *negacionismo*, por sua vez, a iniciativas de negá-los” (CORDEIRO; ROLLEMBERG, 2001, p. 61). Para tentar resolver a complexidade da questão, um ponto “parece cristalino: o revisionismo é esclarecedor e indispensável, na produção do conhecimento histórico, enquanto o negacionismo é funesto e obscurantista, a própria negação da História” (CORDEIRO; ROLLEMBERG, 2001, p. 61).

Sendo o “revisonismo” algo necessário ao desenvolvimento histórico e com o cuidado de não cairmos no sentido pejorativo do termo, optamos por nos referir à interpretação de Cassiano Ricardo como sendo um revisonismo-negacionista. A ressignificação do passado feita pelo líder bandeirista apoiou-se em um conjunto de leituras sobre o Bandeirante, mas não buscou interpretar o fato em si com crítica às fontes. Por sua vez, o consumo cultural das obras pertencentes à tradição pautada pela heroicização dos personagens históricos teve um objetivo delimitado; ressignificar o modernismo brasileiro e o passado histórico para atender as demandas da década de 1930.

No que concerne a releitura do bandeirante proposto por Cassiano Ricardo, suas análises não passaram necessariamente por procedimentos históricos como, por exemplo, a análise das fontes históricas, mas, somente recorreu às releituras de intelectuais que consagraram a figura heroica dos bandeirantes e às opiniões pessoais. Essas estratégias encontradas no ensaio *O Brasil no original* (1937) introduziu, segundo nossas apreensões, um revisonismo próximo ao “negacionismo” que pretendeu reabilitar o acontecimento histórico das Bandeiras do século XVII e XVIII.

Mesmo que a profissionalização propriamente dita do historiador¹¹ fosse inexistente na década de 1930 e que o líder bandeirista fosse conhecido como poeta, Cassiano Ricardo – por meio do seu ensaio – pode ser entendido como um exemplo do revisonismo-negacionista historiográfico. Uma questão é pontual, apesar das visões críticas sobre os bandeirantes elaboradas na primeira metade do século XIX, a geração de pensadores paulistas das três

¹¹ Fato que somente se consolidaria legalmente no Brasil em 2020, mas devemos recordar que a historiográfica brasileira tinha uma tradição que remontava à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838. Essa corrente historiográfica foi marcada por grandes historiadores, entre eles, Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Manuel de Oliveira Lima e Afonso d'Escragno Taunay.

primeiras décadas do século XX, entre eles Cassiano Ricardo, negaram a violência das Bandeiras dos séculos XVII e XVIII.

Compreendemos que essas elaborações poéticas, ensaísticas e historiográficas consolidaram um revisionismo-negacionista sobre o principal legado das Bandeiras dos séculos XVII e XVIII: a destruição das culturas indígenas e escravidão dos povos autóctones. Sob essa ótica, utilizamos as palavras de Moraes (2011) para entender o pensamento de Cassiano Ricardo (1937) como um intelectual negacionista que levou ao público um *pseudopassado* marcadamente construído por narrativas falsas sobre o passado. É importante salientarmos o peso dessas interpretações (visões heroicas sobre os bandeirantes) que, somente na década de 1950 com Vianna Moog e seu *Pioneiros e Bandeirantes* (1954), começaram a ser questionadas, mas que permanecem no século XXI no imaginário popular de algumas regiões brasileiras.

Considerações finais

Na década de 30, o Governo Federal teve que mediar as pressões pela reconstitucionalização do país, a defesa dos ideais liberais, o apelo dos Integralistas e o “perigo” comunista. Nos anos entre 1935 e 1937, o Movimento Bandeira se colocou nessa arena política. Na disputa entre os vários grupos políticos, os “novos bandeirantes” se apresentaram como os únicos portadores de uma “nova mentalidade” que defenderiam a originalidade brasileira. Seus representantes pretendiam combater as ideologias desagregadoras e defender a construção de um Estado Forte como caminhos necessários para manter a unidade espiritual do país. Neste contexto, o bandeirante ricardiano demarcaria a fronteira territorial e espirituais da Nação contra as “ideologias forasteiras”.

Apropriando-se de recursos de escrita, Cassiano Ricardo transitou do campo literário para o campo político, assim como, entre o passado histórico e a mitificação dos “heróis” para expor uma suposta superioridade paulista frente ao restante do país. O ensaísta e líder do Movimento Bandeira interligou todos esses elementos para criar a sensação da herança heroica do passado no presente paulista, para não dizer da Nação. Essa ressignificação realizada pelo ensaísta também serviu como autoimagem dos “novos bandeirantes” como parte de um mesmo processo histórico, literário e político. Para Cassiano Ricardo, somente uma mentalidade ancorada no “espírito bandeirante” seria capaz de garantir o “Brasil na sua originalidade”. Essa é uma das principais finalidades do programa do Movimento Bandeira: recuperar as forças do passado para formar uma intelectualidade que protegesse a Nação contra influências

estrangeiras na política. Essa proposta guiaria a nação no caminho de encontrar sua nacionalidade por meio da incorporação das “populações do interior”, na instalação de um Estado Forte e no fortalecimento da “Democracia Social Nacionalista”.

O fato de que o ideário bandeirista estaria a serviço da Pátria pode ser uma das principais características que aproxima esse ideário às concepções caras ao revisionismo-negacionista, dado que esse pensamento distorceu o passado para atender as necessidades do presente. Como visto, essa premissa foi prontamente expressada logo na epígrafe do ensaio analisado neste estudo. Outro elemento característico desse revisionismo-negacionista ricardiano foi a rede de autores que buscavam divulgar as mesmas interpretações. Como exemplo, as obras que seriam lançadas pelo Departamento Cultural da Bandeira, as quais fariam parte de um conjunto de textos de caráter histórico, político e social que viriam a contribuir com esta visão revisionista-negacionista das Bandeiras históricas dos séculos XVII e XVIII.

Como visto, Cassiano Ricardo defendeu que o modernismo paulista e o Movimento Bandeira fizeram parte de uma mesma continuidade histórica iniciada no século XVII com as bandeirantes. Essa associação foi a principal estratégia para subsidiar o papel da herança histórica das Bandeiras paulistas na sociedade brasileira na década de 1930, a qual foi marcada pela perspectiva revisionista-negacionista. O intelectual não tentou explicar o fato histórico em si, mas construir argumentações para justificar suas visões de mundo no presente. Como foi possível perceber, apresentamos como a campanha empreendida pelos “novos bandeirantes” organizou a propaganda política baseada em avaliações falsas sobre o passado histórico brasileiro. É por essa razão que se torna necessário retornar ao estudo desse período e as disputas políticas da década de 1930, isto é, o retorno às investigações históricas deste período é de suma importância para compreender como se organizou o pensamento ricardiano sob a égide do Estado Novo.

REFERÊNCIAS

- ABAL, F. C. Um risco para a história: normalização, revisionismo e reacionarismo. **Revista Hydra**, [S. l.], v. 4, n. 7, dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/9709>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- ABUD, K. M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)**. 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- “BANDEIRA” o que pretende a nova organização de cultura e nacionalismo. **S. Paulo**, [S. l.], ano 1, n. 9, p. 1, outubro de 1936.
- CASAL, M. A. **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976.
- CHARTIER, R. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand, 1990. 239 p.
- CHARTIER, R. **À Beira da Falésia**. A História entre Certezas e Inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. 277 p.
- COELHO, G. L. S. **O bandeirante que caminha no tempo: apropriações do poema “Martim Cererê” e o pensamento político de Cassiano Ricardo**. 2015. 346 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- COELHO, G. L. S. Cassiano Ricardo e Martim Cererê: um poema em transformação (1927-1936). **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 623-642, set./dez., 2017.
- COELHO, G. L. S. A revista S. Paulo (1936): fotomontagem e propaganda política na década de 1930. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 53, p. 535-560, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/4qMKdWrtyCmNgd5ndWzC8FC/?lang=pt>. Acessado em: 15 set. 2023.
- COUTINHO, A. **A Literatura Brasileira: modernismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana, 1970.
- D’ALINCOURT, L. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Martins, 1953.
- ELLIS JR, A. **Populações Paulistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- FERREIRA, A. C. Fonte fecunda. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) **O Historiador e suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.
- GOMES, Â. M. C. (coord.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501 p.
- JORNAL ANHANGUERA. Nº 1 – São Paulo – Sábado, 26 de junho de 1937.

MAUTINHO, J. **A paulistanidade revista: algumas reflexões sobre um discurso político.** *Tempo soc.*, [S. l.], v. 3, n 1-2, p. 109-117, 1991. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/JRRwG5CpCBnRvJYcTbc87Ds/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2021.

MORAES, L. E. S. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH-2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

NOVOS LIVROS DA “BANDEIRA”. **Jornal Anhanguera**, [S. l.], ano 1, n. 2, p. 5, 28 jun. 1937.

OLIVEIRA, L. L. **Americanos: representações da identidade nacional do Brasil e nos EUA.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, 224 p.

OLIVEIRA, L. L. Brasil e Estados Unidos: fronteiras geográficas e culturais. In: SERPA, É. C. (Orgs.). **Escritas da História: intelectuais e poder.** Goiânia: Ed. UCG, 2004. p. 167-188.

RICARDO, C. **Martim Cererê.** São Paulo: Ed. Novíssima, 1934.

RICARDO, C. **Martim Cererê.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

RICARDO, C. **O Brasil no Original.** 2. ed. Coleção Cultural da Bandeira São Paulo, 1937. (Revista dos Tribunais).

ROLLEMBERG, D.; CORDEIRO, J. M. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. **História, histórias**, [S. l.], v. 9, n. 17, jan./jun., 2021.

SETUBAL, P. **A bandeira de Fernão Dias: romance histórico.** São Paulo: Editora Nacional, 1928.

SOUZA, R. L. A mitologia bandeirante: construção de sentidos. **História Social**, Campinas, n. 13, p. 151-171, 2007. Disponível em:

<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/215/207>. Acesso em: 06 abr. 2015

TRAVESSO, E. Revisión y revisionismo. **Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo**, [S. l.], n. 14, p. 69-76, 2004. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=898111>. Acesso em: 15 dez. 2021.

VEIGA, J. X. **Efemérides mineiras, 1684-1897.** Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

VELLOSO, M. **História & Modernismo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos de memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1988.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Agradecer a minha filha Eleonora Seabra Francisco e a minha esposa Profa. Dra. Thálita Maria Francisco da Silva.
 - Financiamento:** Não aplicável.
 - Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - Aprovação ética:** Não aplicável.
 - Disponibilidade de dados e material:** A obra ensaística analisada está disponível para acesso na Fundação Cultural Cassiano Ricardo em São José dos Campos em São Paulo.
 - Contribuições dos autores:** Não se aplica.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

